



PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

Fonte: Thiago Portelinha

DIAGNÓSTICO DE LEITURA COMUNITÁRIA – PROGRAMAS DE MANEJO



INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TOCANTINS





PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

DIAGNÓSTICO DE LEITURA COMUNITÁRIA – PROGRAMAS DE MANEJO

APA ILHA DO BANANAL CANTÃO

Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins CTT – Comissão Técnica Temporária

Cledson da Rocha Lima
Presidente

Perla Oliveira Ribeiro
Diretora de Biodiversidade e Áreas Protegidas

Victor Danilo Moreto
Gerente das Unidades de Conservação

Laudy Carpes Malescha
Gerência de Suporte ao Desenvolvimento Socioeconômico

Maurício José Alexandre de Araújo
Gerência de Inspeção Ambiental

Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves
Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas

Oscar Barroso Vitorino Júnior
Gerência de Unidades de Conservação, Parques e Monitoramento

Aline Maria Constantin
Gerência de Suporte ao Desenvolvimento Socioeconômico

Associação para o desenvolvimento sustentável do Tocantins – ADSTO

Arnardino dos Santos Gabriel
Presidente ADSTO

Pedro Igor Galvão Gomes
Arquiteto e Urbanista Mestre e Doutorando em Ciências do Ambiente - Especialista em SIG

João Victor Galvão Gomes
Engenheiro Agrônomo - Especialista em Aptidão Agrícola

Bruno Picoli Lopes
Arquiteto e Urbanista Mestrando em Arquitetura Paisagística - Especialista em Produção da Paisagem

Gabriela Miranda Sampaio Freires
Arquiteta e Urbanista Mestranda em Projeto e Planejamento - Especialista em SIG

Hércules Jackson Moreira Santos
Analista Jurídico – Especialista em Direito Ambiental

Igor Queiroz
Analista Jurídico – Especialista em Direito Ambiental

Érica Pereira Nascimento

Arquiteta e Urbanista Mestranda em Desenvolvimento Regional - Especialista em SIG

João Marcos Garcia

Arquiteto e Urbanista - Especialista em Produção Cartográfica e SIG

Jales Nepomuceno

Geólogo - Especialista em Solos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT

Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem

Reitora

Marcelo Leineker Costa

Vice-reitor

**Equipe Técnica – Instituto de Atenção às Cidades - UFT
Coordenação e Acompanhamento**

Humberto Xavier de Araujo

Doutor em Engenharia Elétrica – Professor de Engenharia Elétrica e no PpgMCS/UFT
Coordenador Geral

Maria Carolina D'Oliveira

Doutora em Biotecnologia – Professora de Engenharia Civil da UFT
Coordenadora Técnica

Thiago Costa Gonçalves Portelinha

Doutor em Ciências Biológicas – Professor da Engenharia Ambiental e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Meio Físico

Elineide Eugênio Marques

Doutora em Ambientes Aquáticos – Professora da Biologia e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Meio Biótico

Fernando Sérgio de Toledo Fonseca

Doutor em Economia – Professor da Economia da UFT
Especialista Sênior em Socioeconomia

Rodolfo Alves da Luz

Doutor em Geografia Física – Professor da Geografia e no PpgDR/UFT
Especialista Sênior em Sistemas de Informações Geográficas (SIG)

Fernan Enrique Vergara Figueroa

Doutor em Recursos Hídricos – Professor da Engenharia Ambiental da UFT
Especialista Sênior em Recursos Hídricos

Sarah Afonso Rodovalho

Doutora em Desenvolvimento Regional – Prof. da Arquitetura e Urbanismo e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Leitura Comunitária

Polliana Gomes Lopes

Doutora em Ecologia – Professora da Engenharia Ambiental da UFT
Especialista Júnior em Meio Físico

Ana Livia de Macêdo Arouca de Lima

Mestre em Propriedade Intelectual – Professora da Engenharia Civil da UFT
Especialista Júnior em Leitura Comunitária

Clara Silva Gonçalves

Geógrafa – Mestranda na Geografia UFT
Especialista Júnior em Sistemas de Informações Geográficas (SIG)

Erlan Silva de Sousa

Mestre em Ciências do Ambiente e Doutorando PpgCiamb/UFT

Murillo Barros de Carvalho

Mestre em Agroenergia – Doutorando PpgCiamb/UFT

Juliana Barros Martins Coelho

Assistente Administrativo

Erika Torres Salles

Estagiária - Graduanda em Arquitetura e Urbanismo UFT

Lucilene Leite Pereira

Estagiária – Graduanda em Geografia UFT

Paulo Palmeira de Souza Júnior

Estagiário – Graduando em Economia UFT

Mariana Alves da Silva

Estagiária – Graduanda Engenharia Ambiental UFT

Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Estado do Tocantins - FAPTO

Leo Araújo da Silva

Diretor Presidente

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2026 de Instituto de Atenção às Cidades – IAC da Universidade Federal do Tocantins. Todos os direitos reservados. Este documento ou qualquer parte dele não pode ser reproduzido ou usado de forma alguma sem a autorização expressa, por escrito, dos autores, exceto pelo uso de citações breves em uma resenha do documento. Primeira edição, 2026.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. SUGESTÕES POR PROGRAMAS	8
1.1. Programa 1 (Participação Social):	8
1.2. Programa 2 (Fortalecimento Institucional e Capacidade de Gestão da APA)	8
1.3. Programa 3 (Licenciamento, Fiscalização Territorial, Conectividade e Conformidade Ambiental).....	9
1.4. Programa 4 (Indicadores de Sustentabilidade, Boas Práticas e Avaliação Permanente do Plano).....	10
1.5. Programa 5 (Pesquisa, inovação e gestão da informação ambiental)	11
1.6. Programa 6 (Recuperação Ecológica e Conservação do Solo).....	11
1.7. Programa 7 (Água, Segurança Hídrica, Saneamento Rural e Resíduos)	12
1.8. Programa 8 (Proteção, Prevenção e Monitoramento da Biodiversidade Nativa).....	13
1.9. Programa 9 (Controle de Espécies Exóticas/Invasoras)	13
1.10. Programa 10 (Manejo Integrado do Fogo)	14
1.11. Programa 11 (Redução dos Impactos da Agricultura e Agroquímicos)	14
1.12. Programa 12 (Agroextrativismo, Bioeconomia e Desenvolvimento Socioeconômico)	15
1.13. Programa 13 (Cultura, Educação Ambiental e Saberes Tradicionais)	16
1.14. Programa 14 (Governança Territorial, Demandas Fundiárias e Mediação Institucional de Conflitos de Uso)	16
2. ANÁLISE DOS ATORES.....	16
2.1. Produtores Rurais	16
2.2. Poder Público	17
2.3. Outras Instituições	17
CONCLUSÃO	17
REFERÊNCIAS	18

INTRODUÇÃO

Este **DIAGNÓSTICO DE LEITURA COMUNITÁRIA DOS PROGRAMAS DE MANEJO** apresenta a síntese das informações coletadas nas Audiências Públicas de apresentação da proposta de Programas para implementação do Plano de Manejo da **APA Ilha do Bananal/Cantão**. As Audiências tiveram como objetivo **envolver** e **consultar** a sociedade civil (ICMBio, 2018) sobre a **proposta de programas para gestão da APA Ilha do Bananal/Cantão**. O propósito das audiências foi apresentar os 14 programas de manejo desenvolvidos em um convênio entre o Instituto de Atenção às Cidades (IAC/UFT), a ADSTO e o Naturatins. Estas ações têm como objetivo central garantir a segurança jurídica, o desenvolvimento socioeconômico e a proteção ambiental, estabelecendo diretrizes claras para os próximos anos de gestão da unidade.

As nove audiências foram realizadas de 21 a 25 de junho de 2026, distribuídas nos nove municípios que compõem a APA: Abreulândia, Divinópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Dois Irmãos, Araguacema, Caseara, Marianópolis e Pium, referentes à revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Ilha do Bananal/Cantão (Quadro 1).

Quadro 1: Agenda das Audiências públicas de apresentação da proposta de zoneamento do Plano de Manejo

ID	Data	Dia da semana	Horário	Município/ Assentamento	Local
1.	21.06.2026	domingo	14h às 17h	Abreulândia	Câmara Municipal
2.	22.06.2026	segunda-feira	08h às 11h	Divinópolis do Tocantins	Câmara Municipal
3.	22.06.2026	segunda-feira	14h às 17h	Monte Santo do Tocantins	Auditório da Prefeitura
4.	23.06.2026	terça-feira	08h às 11h	Dois Irmãos do Tocantins	CRAS
5.	23.06.2026	terça-feira	14h às 17h	Araguacema	Centro de eventos Cabo Chico
6.	24.06.2026	quarta-feira	08h às 11h	Caseara	Auditório do Parque Estadual do Cantão
7.	24.06.2026	quarta-feira	14h às 17h	Marianópolis do Tocantins	Centro de convenções
8.	25.06.2026	quinta-feira	08h às 11h	Chapada de Areia	Auditório da Escola Municipal América Alves de Oliveira
9.	25.06.2026	quinta-feira	14h às 17h	Pium	Auditório da Prefeitura

Fonte: IAC/2026.

A sistematização dos dados para esse diagnóstico se orientou no sentido de organizar uma síntese qualitativa das informações apresentadas, questionadas e discutidas nas audiências. O diagnóstico também contempla as análises dos principais atores e seus interesses. Traz o resumo das informações apresentadas e registradas na íntegra nas atas das audiências, também dúvidas e questionamentos enviados pelo formulário disponibilizado via *QR code*, durante as audiências. Ressalta-se que aqui se registram também as considerações observadas pela equipe técnica do IAC, no decorrer das audiências que também se referem ao documento completo dos programas de manejo.

1. SUGESTÕES POR PROGRAMAS

Os 14 programas de manejo apresentados foram estruturados didaticamente em três eixos estratégicos para facilitar a implementação e a compreensão da sociedade:

- **Desenvolvimento Socioeconômico:** Inclui programas voltados para a segurança hídrica, saneamento, controle de espécies invasoras, redução de impactos agrícolas e uso de agroquímicos, apoio ao agroextrativismo, bioeconomia, valorização cultural e governança territorial.
- **Proteção Ambiental:** Foca no licenciamento e fiscalização, recuperação ecológica, conservação do solo, proteção da biodiversidade e Manejo Integrado do Fogo (MIF).
- **Coordenação e Governança:** Abrange a participação social, fortalecimento institucional, indicadores de sustentabilidade e pesquisa/ inovação

O diagnóstico **qualitativo** das audiências de apresentação dos programas de manejo indica uma mudança na percepção social da APA. Passou-se do medo da "proibição" para a busca por "segurança jurídica". A participação nesta etapa do processo foi considerada **qualificada e propositiva**, marcada pela transição do embate para o diálogo construtivo.

Durante as discussões, os participantes destacaram diversos pontos de atenção a implementação dos programas. Recebeu bastante ênfase a necessidade de **simplificar os processos de licenciamento e regularização ambiental**, reduzindo a burocracia que dificulta a pequenos produtores e assentados de produzirem regularmente. Foi ressaltada a **carência de assistência técnica rural** e a importância de parcerias com órgãos como o Ruraltins para orientar produtores na regularização de propriedades e práticas sustentáveis. O **combate e a prevenção a incêndios** foram citados como desafios críticos, destacando a necessidade de maior articulação entre o Naturatins, prefeituras e brigadas comunitárias. As discussões sobre a **proteção de nascentes** e o gerenciamento de outorgas de água foram centrais, com pedidos de atenção para a manutenção do ciclo hídrico essencial à produção e à vida silvestre. Tais pontos e outros são detalhados a seguir.

1.1. Programa 1 (Participação Social):

Este programa foi um consenso, todos concordaram sobre a necessidade de manter a participação social ativa após a aprovação do plano, com reuniões regulares do conselho gestor e outros canais de participação. Em **Dois Irmãos, Araguacema, Caseara e Pium**, foi discutido que este programa permite descentralizar a gestão, citando o exemplo de criar grupos de trabalho específicos para regiões com demandas singulares (como turismo, pesca, comunidades quilombolas, indígenas ou assentamentos), garantindo que a escuta da comunidade permaneça constante.

1.2. Programa 2 (Fortalecimento Institucional e Capacidade de Gestão da APA)

A equipe do IAC ressaltava a necessidade de incluir, expressamente, a busca por apoio político para a contratação de uma equipe mínima de 7 servidores de nível superior e 9 de nível médio.

Houve questionamentos sobre como seriam as fontes de recursos a serem captados para a execução dos programas de manejo. E se a equipe do Naturatins receberia capacitação específica sobre as novas regras do Plano de Manejo. Neste sentido, foi sugerido que o plano de trabalho de gestão fosse semestral ao invés de anual para maior atenção às ações a serem desenvolvidas. O Naturatins e o IAC destacaram que a implementação eficaz do plano depende da ampliação do quadro de servidores da supervisão da APA e do apoio político para transformar as ações em política de Estado, e não apenas de governo. Foi enfatizada a importância de fortalecer associações locais (como a ADSTO) como meios de articulação para captação de recursos e representatividade junto ao Estado.

1.3. Programa 3 (Licenciamento, Fiscalização Territorial, Conectividade e Conformidade Ambiental)

Em relação ao objetivo geral, a equipe do IAC sugere não especificar as obras como lineares apenas, pois também serão acompanhadas as obras não lineares. Ainda, alterar os “recursos minerais” para “recursos naturais” de forma geral. Assim consolidado como: “Consolidar as interfaces da gestão da APA com o licenciamento ambiental, o monitoramento e a fiscalização territorial, o ordenamento de obras e a conformidade no uso de recursos naturais, articulando diretrizes, acompanhamento de condicionantes e controle do território”.

Em relação ao componente do programa e ação “LICENCIAMENTO, CONDICIONANTES E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS” a equipe do IAC sugere a alteração do termo “mitigação” para “controle”, pois mitigação é exclusivo para impactos negativos, já o controle é também para a potencialização de impactos positivos, além de mitigar os negativos. Assim o texto deve ser consolidado como: “LICENCIAMENTO, CONDICIONANTES E CONTROLE DE IMPACTOS”.

A equipe do IAC ainda sugere, no trecho em que se lê: “Cruzar alertas com zoneamento, propriedades, comunidades, estradas e **recursos** hídricos” alterar para “Cruzar alertas com zoneamento, propriedades, comunidades, estradas e **corpos** hídricos”.

Ainda se sugere a inclusão expressa de ações relacionadas às drenagens.

Este programa foi, de longe, o mais debatido sendo citado em quase todos os municípios (**Abreulândia, Divinópolis, Monte Santo, Dois Irmãos, Caseara e Pium**). Os produtores rurais e moradores de assentamentos relataram angústia com a burocracia, licenças vencidas, áreas embargadas.

A dificuldade financeira para contratar consultores particulares para o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Georreferenciamento e licenciamento ambiental. Os assentados em especial questionaram os altos custos de consultoria privada para pequenos produtores. Sugeriu-se a criação de um teto de taxa de licenciamento para assentamentos e a designação de consultores técnicos específicos para essas áreas. Também foi sugerida a criação de um programa “Regulariza Ambiental”, nos moldes do “Retifica CAR”, focado em tirar pequenos produtores da situação de embargo. Solicitou-se um serviço itinerante (“APA Orienta”) focado em levar atendimento do Naturatins diretamente aos assentamentos. A ideia discutida foi sobre a descentralização do licenciamento ambiental, com possibilidade de que ele aconteça em escritórios dentro da gestão e do território da APA. O

Naturatins esclareceu que se trata de uma política interna, mas reconheceu a viabilidade de fortalecer as regionais ou criar programas de capacitação para as secretarias municipais para auxiliar no trâmite.

Foi reforçada a importância da assistência técnica (através de órgãos como Ruraltins e parcerias com prefeituras) para auxiliar o pequeno produtor a realizar o cadastro e licenciamento correto, evitando multas.

A população apresentou diversas dúvidas sobre o fluxo e a burocracia do licenciamento ambiental. Alguns proprietários rurais questionaram como ficam os processos de licenciamento que venceram durante o período de suspensão de supressão, e como se dará a validação dos Cadastro Ambiental Rural (CAR). E questionou-se quando poderão ter acesso aos arquivos *shapefile* do zoneamento previsto para a APA.

1.4. Programa 4 (Indicadores de Sustentabilidade, Boas Práticas e Avaliação Permanente do Plano)

Apresentado como o instrumento de monitoramento e controle de eficácia do plano de manejo. O Programa 4 foi considerado aceito e sem apresentação de sugestões, compreendido como "espinha dorsal" administrativa que manterá o plano de manejo vivo e adaptável ao longo dos anos.

Foi enviado por formulário via *QRcode* a seguinte contribuição: ressalta-se a necessidade de verificar se o programa “propõe uma matriz de indicadores voltada principalmente ao acompanhamento de aspectos ambientais, contemplando temas como recorrência de fogo, pressão sobre APPs, fragmentação e conectividade de habitats, qualidade hídrica, regeneração e recuperação ambiental, entre outros. Embora tais indicadores sejam fundamentais para a gestão da APA Ilha do Bananal/Cantão, entende-se que a proposta pode ser aprimorada mediante a incorporação explícita de indicadores sociais e econômicos, de forma a refletir de maneira mais abrangente o conceito de sustentabilidade adotado pelo próprio Plano de Manejo. Destaca-se que o desenvolvimento sustentável é tradicionalmente estruturado sobre três dimensões indissociáveis: ambiental, social e econômica. Nesse sentido, considerando que o Plano de Manejo contempla programas voltados à participação social, fortalecimento institucional, governança territorial, cultura, educação ambiental, bioeconomia e desenvolvimento socioeconômico, recomenda-se que a matriz de indicadores seja compatível com essa abordagem integrada. Sugere-se, portanto, a inclusão de indicadores relacionados, entre outros aspectos, à participação social nos processos de gestão da APA, capacitação de produtores e trabalhadores rurais, geração de emprego e renda, sucessão rural, acesso às políticas públicas, adoção de boas práticas produtivas, fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis e valorização das comunidades locais. Como referência metodológica, recomenda-se avaliar a utilização de indicadores já consolidados em protocolos e certificações reconhecidos nacional e internacionalmente, tais como RTRS (*Round Table on Responsible Soy*), FSA (*Farm Sustainability Assessment*), Soja Plus e instrumentos equivalentes, os quais adotam critérios ambientais, sociais e econômicos para avaliação da sustentabilidade das atividades produtivas”. Dessa forma, sugere-se que o Programa passe a contemplar expressamente indicadores ambientais, sociais e econômicos, permitindo uma

avaliação mais completa da efetividade do Plano de Manejo e maior alinhamento com os princípios do desenvolvimento sustentável.

1.5. Programa 5 (Pesquisa, inovação e gestão da informação ambiental)

Em **Abreulândia** houve uma contribuição relevante sobre a dificuldade de distribuição de recursos para pesquisa e inovação para a região e a relação com Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT). Sendo sugerido que as ações neste programa visem parcerias que evidenciem a importância a APA e facilite o acesso aos editais de fomento.

1.6. Programa 6 (Recuperação Ecológica e Conservação do Solo)

A equipe do IAC destaca no texto a menção ao termo equivocado de “Zonas de Uso Rural (ZUR)”, zona que não existe na proposta de zoneamento e deve ser alterada no texto dos objetivos específicos deste programa.

Em relação ao componente do programa e ação “RESTAURAÇÃO E TÉCNICAS CONSERVACIONISTAS” a equipe do IAC sugere a alteração do termo “restauração” por “recuperação”, pois existem ambientes degradados que não poderão ser restaurados. Assim o texto deve ser consolidado como: “RECUPERAÇÃO E TÉCNICAS CONSERVACIONISTAS”.

Sugere ainda, dentro dos objetivos específicos a inclusão expressa de pesquisas sobre drenagens. Sugere-se, no trecho em que se lê “Consolidar estudos existentes sobre biodiversidade, **recursos hídricos**, solos, fogo, comunidades, saúde e produção” a alteração para “Consolidar estudos existentes sobre biodiversidade, **recursos hídricos e drenagem**, solos, fogo, comunidades, saúde e produção”.

Sugere-se no trecho em que se lê “Padronizar camadas mínimas: limites, zoneamento, APPs, veredas, ipucas, microbacias, uso e cobertura do solo, focos de calor, alertas de desmatamento, **recursos hídricos**, empreendimentos, condicionantes, ocorrências e comunidades” a alteração para “Padronizar camadas mínimas: limites, zoneamento, APPs, veredas, ipucas, microbacias, uso e cobertura do solo, focos de calor, alertas de desmatamento, **corpos hídricos**, empreendimentos, condicionantes, ocorrências e comunidades”.

Em **Araguacema** houve uma contribuição fundamental ao relacionar este programa à proteção das nascentes. Foi questionado sobre a degradação dos córregos e a possibilidade de trabalhar a produção agropecuária em conjunto com a preservação. Produtores questionaram se o Naturatins ofereceria acompanhamento técnico e prazo para a regeneração de Áreas de Preservação Permanente (APPs) degradadas, como em casos de represas antigas com assoreamento.

Foi defendida a integração de projetos de corredores ecológicos (como o projeto Coco-Caiapó) como uma oportunidade de conexão da fauna e flora entre o parque e as propriedades rurais. Foi citado a necessidade de prazos adaptáveis e Termos de Compromisso para regeneração de APPs degradadas. Foi destacada a preocupação dos presentes com autuações imediatas antes da chance de adequação.

1.7. Programa 7 (Água, Segurança Hídrica, Saneamento Rural e Resíduos)

A equipe do IAC traz algumas contribuições a redação deste programa:

- No **objetivo geral**: há necessidade de rever o termo “conectividade hídrica”, ou utilizar uma fonte bibliográfica que o conceitue e explique.
- Nos **objetivos específicos**: incluir um item sobre drenagem, algo como "Propor e disseminar novas tecnologias e boas práticas de drenagem".
- Nos **objetivos específicos**: no item “Reduzir contaminação difusa por resíduos, esgoto, agroquímicos e **atividades produtivas**”, é importante rever o termo atividade produtiva, retirá-lo ou especificá-lo.
- Nos **objetivos específicos**: no item no trecho em que se lê “Apoiar **soluções adequadas** a comunidades dispersas e períodos de estiagem”, alterar para: “Apoiar **soluções adequadas de uso da água e saneamento** às comunidades dispersas e períodos de estiagem”.
- Nos **COMPONENTES DO PROGRAMA E AÇÕES**, item **RECURSOS HÍDRICOS E SEGURANÇA HÍDRICA**: incluir o item: “Propor eventos e dias de campo para disseminar novas tecnologias de drenagem e apresentação de casos de sucesso”. no trecho em que se lê “Articular Água Para Todos, Codevasf, cisternas de produção, poços tubulares e captação pluvial onde couber” alterar para: “Articular programas existentes de acesso à água, como Água para Todos, Cisternas e captação pluvial onde couber, assim como outras instituições que tratam desse assunto, como MDE e CODEVASF”.
- Nos **COMPONENTES DO PROGRAMA E AÇÕES**, item **SANEAMENTO RURAL**: no item no trecho em que se lê “Integrar assentamentos e comunidade quilombola Santa Maria das Mangueiras as prioridades de **políticas públicas**”, alterar para: “Integrar assentamentos e comunidade quilombola Santa Maria das Mangueiras as prioridades de **políticas públicas de Saneamento Ambiental**”.
- Nos **COMPONENTES DO PROGRAMA E AÇÕES**, item **RESÍDUOS SÓLIDOS** incluir o item sobre a orientação quando a tríplece Lavagem, para embalagens de agrotóxicos, assim como a coleta seletiva dessas embalagens.
- Nos **INDICADORES DE SUCESSO**, no trecho em que se lê: “Pontos hídricos, microbacias críticas, APPs, veredas, ipucas e áreas sazonalmente inundáveis monitorados” alterar para: “Número de pontos hídricos relevantes, microbacias críticas, APPs, veredas, ipucas e áreas sazonalmente inundáveis monitorados”.
- Nos **INDICADORES DE SUCESSO**, no trecho em que se lê: “**Ocorrências de resíduos sólidos** com impacto ambiental registrados e encaminhadas” alterar para: “**Ocorrências de disposição inadequada de resíduos sólidos** com impacto ambiental registrados e encaminhadas”.
- Incluir tópico “Eventos e dias de campo para disseminação de novas tecnologias de drenagem e dias de campo para apresentação de casos de sucesso”.
- No **CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO**, fase 1, no trecho em que se lê: “Ações prioritárias: Mapear vulnerabilidade hídrica, **saneamento e resíduos**; identificar programas públicos e parceiros”, alterar para: “Ações prioritárias: Mapear vulnerabilidade hídrica, **gargalos de abastecimento de água e tratamento de esgoto, pontos críticos de disposição de resíduos**

sólidos; identificar programas públicos e parceiros na área de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos”.

- No **CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO**, fase 2, no trecho em que se lê: “Articular projetos prioritários de água, saneamento e resíduos; monitorar pontos hídricos sensíveis”, alterar para: “Articular projetos prioritários **de abastecimento de água, coleta e tratamento de efluentes e coleta e disposição de resíduos sólidos. Implementar o programa de tríplice lavagem de embalagens de agrotóxicos com pontos dessas embalagens. Monitoramento de pontos sensíveis em corpos hídricos (ex. assoreamento, desmatamento de apps, contaminação por agrotóxicos)”**.”

Em **Araguacema**, houve a preocupação com o secamento de nascentes, o assoreamento dos rios e o equilíbrio da fauna e flora. Foi questionado sobre as possibilidades de manejo e proteção dos recursos hídricos. Também se perguntou a necessidade de poços artesianos para evitar o pisoteio e assoreamento de um lago da região pelo gado. Foi sugerida a criação de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), para recompensar produtores que protegem nascentes de forma eficiente e incentivar a preservação de nascentes além do mínimo legal, seguindo modelos observados em outros estados.

Em **Pium**, questionou-se sobre soluções para o saneamento básico em comunidades de assentamento e o problema do lixo deixado por visitantes na temporada de pesca. Indicou-se que a execução deste programa envolve parcerias com as prefeituras, destacando que os municípios devem possuir e atualizar seus Planos de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos, ponto que precisa ser evidenciado nas ações previstas no âmbito deste programa.

Principalmente em **Abreulândia**, **Caseara** e **Chapada de Areia** houve questionamento sobre a criação do Comitê de Bacia do Rio do Coco e Caiapós, com dúvidas se isso resultaria na cobrança de taxas financeiras pelo uso da água. Houve debate sobre a relação entre o Comitê de Bacias e o Conselho Gestor da APA. Sugeriu-se a criação de espaços e oportunidades de diálogo e representação cruzada entre as instâncias para evitar sobreposição e garantir o uso das orientações já produzido pelo plano de manejo da APA.

1.8. Programa 8 (Proteção, Prevenção e Monitoramento da Biodiversidade Nativa)

Houve por parte da equipe IAC a sugestão de inclusão do termo “Prevenção” ao título do programa. Em **Divinópolis** foi questionado sobre o controle da caça e a mudança cultural necessária para tal. Extrativistas de **Araguacema**, representantes da associação AMA Cantão, expressaram medo de que frutos como o pequi, a mangaba e o jatobá desapareçam. Sugeriu-se a criação de ações dentro do programa de mapeamento e monitoramento de espécies da flora de interesse extrativista (jatobá e pequi), e/ou aquelas espécies imunes de corte, para evitar sua extinção local.

1.9. Programa 9 (Controle de Espécies Exóticas/Invasoras)

Apresentado como o programa visa o controle de espécies que ameaçam o equilíbrio do ecossistema local. O Programa 9 não foi alvo de perguntas, questionamentos ou divergências específicas por parte do público sendo considerado aceito e sem apresentação de sugestões.

1.10. Programa 10 (Manejo Integrado do Fogo)

Em relação ao componente do programa e ação “QUEIMAS PRESCRITAS E EDUCAÇÃO” a equipe do IAC sugere incluir além de queimas prescritas, queimas controladas, que é a que os proprietários rurais solicitam a autorização. O termo correto é autorização de queima controlada nesses casos. As queimas prescritas são aquelas feitas com a finalidade de apoiar ações de conservação ambiental.

Este programa foi um dos temas mais recorrentes e debatidos nas audiências devido à sua importância crítica para a região da APA Ilha do Bananal/Cantão. Ele abrange ações que vão desde a prevenção até o combate direto aos incêndios.

Em **Divinópolis** foi relatado os resultados positivos de um trabalho em parceria com a APA. Destacou-se que anteriormente registravam-se muitos focos de incêndio na zona urbana e que, atualmente, já é possível notar uma redução, embora ainda seja necessário avançar mais.

Em **Caseara** este foi um Debate Central, sugeriu-se que o programa dessa maior ênfase ao momento do combate aos incêndios, e não apenas à prevenção. Houve uma sugestão de criação de um grupo, por intermediação da ADSTO, integrando produtores que possuem aeronaves com aqueles que não possuem, para atuar como suporte no combate aos incêndios, destacando que essa prática é muito eficiente em outras regiões como Jataí (GO). Neste sentido, foi ressaltado a importância de compatibilização entre os planos de manejo do Parque do Cantão, da APA Ilha do Bananal/Cantão e do Comitê de Bacia do rio do Coco e Caiapós para garantir ações integradas de combate e prevenção.

Em **Dois Irmãos e Pium**, foi mencionada a importância da integração entre as brigadas municipais e as brigadas estaduais (Naturatins). O Naturatins reforçou que o papel do órgão é articular essas ações, e destacou o planejamento de capacitações conjuntas com as prefeituras para melhorar a eficácia da resposta aos incêndios

Foi pontuado também a necessidade de apoio técnico para o pequeno produtor, que muitas vezes usa o fogo para limpar áreas de "juquirá", do cerrado em regeneração, considerando que não possuem recursos para maquinário como roçadeiras/tratores.

1.11. Programa 11 (Redução dos Impactos da Agricultura e Agroquímicos)

A equipe do IAC sugere a alteração no título do programa do termo “agroquímicos” para “agrotóxicos”, visto ser esse o termo utilizado em todo o processo de revisão do plano de manejo, nas condicionantes do zoneamento e ser aquele empregado nas regulamentações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Este programa recebeu maior debate em **Dois Irmãos**, uma produtora relatou problemas graves causados pela aplicação aérea/drones em propriedades vizinhas. Ela afirmou que sua produção (agroecológica) foi prejudicada pelo uso de agrotóxicos por terceiros, resultando na perda de plantações de mandioca e em relatos de intoxicação de moradores locais. A equipe técnica reafirmou que o programa prevê a capacitação de todos os envolvidos, incluindo os operadores/pilotos, para garantir que as aplicações sejam feitas com segurança e responsabilidade

legal, respeitando as normas federais e distâncias mínimas para evitar a contaminação de propriedades vizinhas e de nascentes.

1.12. Programa 12 (Agroextrativismo, Bioeconomia e Desenvolvimento Socioeconômico)

A equipe técnica do IAC registra que o termo “agricultura familiar” deveria ser incluído no título deste programa. Talvez não sendo, na prática, o mesmo que Bioeconomia. Ainda que no item **RESPONSÁVEIS, PARCERIAS E COLABORAÇÕES** no trecho em que se lê: Naturatins como articulador no âmbito da APA; Ruraltins, Seagro, MDA/MDS, INCRA, COEQTO, Fundação Palmares, CONAB, bancos públicos, UFT/IAC e **comunidades**” deve ser acrescentado também as **associações de agroextrativistas, como a AMA Cantão, das populações tradicionais (quilombolas e indígenas) e colônias de pescadores.**

Em **Araguacema** apresentou a proposta de utilizar o programa para intermediar a conexão entre extrativistas e proprietários de terras que possuam áreas preservadas, permitindo um "uso duplo do território". A ideia é que o extrativista possa ter acesso a áreas ricas em recursos naturais (como buritizais e árvores frutíferas) dentro de propriedades privadas através de parcerias e proximidade, sem que isso comprometa o direito de uso do dono da terra, ponto que precisa ser evidenciado como ações relacionada ao programa. Ainda, houve a menção de se evitar a supressão das espécies imunes de corte nas Zonas de Uso Restrito (ZUR) e analisar e descrever critérios para as Zonas de Uso Moderado (ZUM).

Houve contribuições focadas no suporte ao pequeno produtor e na preservação de espécies nativas. Assentados perguntaram o motivo de não conseguirem aprovar projetos de financiamento (PRONAF) e como os produtores embargados poderiam voltar a acessar crédito. Destacou-se a inovação da nova proposta de zoneamento, bem como a segurança jurídica que ele traz e que nos próximos processos de licenciamento ambiental de atividades este plano de manejo deve ser considerado. Foi enfatizado a importância das parcerias institucionais para levar o crédito aos pequenos, e a ausência crônica de assistência técnica estatal (Ruraltins/Adapec) nos assentamentos, travando o acesso ao crédito e contribuindo com a irregularidade ambiental.

Foi enviado por formulário via *QRcode* a seguinte contribuição: A Associação dos Fruticultores, Horticultores, Apicultores e Meliponicultores de Araguacema (AFHORTAMA) propõe que “o Plano de Manejo considere mecanismos que permitam o aproveitamento sustentável de madeira proveniente de árvores já derrubadas ou autorizadas para supressão em áreas produtivas do município. A madeira aproveitada seria destinada à fabricação de caixas para criação de abelhas *Apis mellifera* e abelhas nativas sem ferrão, fortalecendo a apicultura e a meliponicultura como atividades de geração de renda, conservação ambiental e apoio à agricultura familiar. A proposta tem como objetivos: Reduzir o desperdício de madeira já existente em áreas com autorização legal de manejo ou supressão vegetal; Apoiar o desenvolvimento da apicultura e da meliponicultura no município; Incentivar a produção de mel e outros produtos apícolas de forma sustentável; Contribuir para a conservação da biodiversidade por meio da polinização das espécies nativas e cultivadas; Fortalecer a agricultura familiar e a economia local. A AFHORTAMA ressalta que o

aproveitamento da madeira deverá ocorrer em conformidade com a legislação ambiental vigente e mediante as autorizações dos órgãos competentes”.

Foi enviado por formulário via *QRcode* o interesse em “Apresentar Projeto CERRADO VIVO - Fazenda Cerrado Baru”. Sem mais detalhes sobre ele.

1.13. Programa 13 (Cultura, Educação Ambiental e Saberes Tradicionais)

O Programa 13 foi recebido não apenas como uma ação educativa, mas como uma estratégia política fundamental para garantir que a comunidade mantenha interesse e engajamento na gestão da APA ao longo do tempo. Não havendo sugestões a ele.

1.14. Programa 14 (Governança Territorial, Demandas Fundiárias e Mediação Institucional de Conflitos de Uso)

Este programa abordou o que foi identificado como uma das maiores queixas durante as audiências, a dificuldade de acesso a informações e a complexidade burocrática dos processos de regularização ambiental.

Em **Abreulândia**, foi pontuado a angústia dos assentados quanto ao licenciamento de suas atividades. A equipe técnica esclareceu que o foco deste programa é, justamente, diminuir a burocracia e atuar na mediação desses conflitos. Ficou registrado também nos demais municípios que a população deseja fazer o correto, mas carece de orientação. Por isso, o programa prevê (e deve ser explicitado) ações como a articulação de parcerias com o Incra, Ruraltins e sindicatos rurais e outros, para viabilizar mutirões de atendimento e capacitação contínua, visando reduzir o abismo entre as exigências legais e a capacidade técnica dos pequenos produtores.

Em Dois Irmãos foi discutido sobre a existência de CARs, instrumento autodeclaratório, em chácaras inseridas no perímetro urbano, bem como a não validade deste instrumento para comprovação da propriedade do imóvel. A equipe do IAC explicou a importância de as prefeituras publicar e manter atualizada lei de perímetro urbano, coerente com a realidade local e as diretrizes do plano de manejo da APA, preferencialmente unificado e/ou articulado com o plano diretor de desenvolvimento municipal e lei de parcelamento do solo urbano. Pois são estas as leis que definem a fronteira entre o urbano e rural, este ponto deve ser explicitado no programa.

2. ANÁLISE DOS ATORES

Após as audiências públicas de apresentação do zoneamento foi possível identificar a atuação dos atores envolvidos no processo, cada um com características e interesses distintos em relação ao zoneamento do **Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/ Cantão**. A seguir estão os principais atores reconhecidos e seus respectivos posicionamentos.

2.1. Produtores Rurais

Os Grandes/Médios produtores demonstraram interesse central na segurança jurídica, crédito, previsibilidade de uso. Demonstra alto nível de influência no processo. Posicionam-se conscientes da legislação; pressionam por celeridade na regularização dos CARs e do zoneamento aplicável.

A ADSTO, parceira na realização do convênio e equipe técnica de revisão do plano de manejo da APA, demonstra interesse no equilíbrio, união produtiva, desburocratização. Possui alto nível de influência no processo. Atua como "ponte" entre produtores e o Estado, podendo ser muito influente na articulação do plano de manejo.

Os assentados ruais (Agricultura Familiar) tem interesse no acesso à crédito, infraestrutura e permanência no lote. Possui médio nível de influência no processo, sendo necessário apoio e organização para conseguir acesso as políticas públicas de regularização e licenciamento ambiental. Demonstram nas audiências o sentimento de exclusão do "progresso" do agro; demandam políticas sociais específicas.

2.2. Poder Público

O Naturatins tem interesse na execução técnica, na legalidade na conservação ambiental. Possui alto nível de influência no processo. Sendo visto como a autoridade que precisa mediar conflitos e descentralizar suas ações de modo a alcançar a todos no território da APA. Além de ser o responsável por buscar parcerias no processo precisa ser fortalecido politicamente e com equipe técnica suficiente e capacitada para implantação do plano de manejo.

As prefeituras demonstraram interesse no desenvolvimento local e na implantação de infraestrutura. Possuem alto nível de influência no processo. Aparecem como atores-chave para a logística e mobilização no processo de implementação dos programas de manejo.

2.3. Outras Instituições

O Comitê de Bacia do rio do Coco e Caiapós aparece com interesse na gestão dos recursos hídricos da bacia. Demonstra médio nível de influência no processo, porém esta influência está em tendência de crescimento. Ele foi percebido com desconfiança pelos produtores, visto como potencial acréscimo de "novas burocracias" no território da APA.

As ONGs e outros agentes externos teriam interesse na conservação da biodiversidade. Possuem baixo e indireto nível de influência no processo, pois ainda não representa quantidade significativa de ações realizadas. Elas são percebidas com desconfiança por parte comunitária, vistos como "estranhos" ao território.

CONCLUSÃO

Este **DIAGNÓSTICO DE LEITURA COMUNITÁRIA DOS PROGRAMAS DE MANEJO** cumpre o objetivo de consolidar o conteúdo das 9 audiências públicas de apresentação da proposta de programas do Plano de Manejo da **APA Ilha do Bananal/Cantão**. Revela que a complexidade do território e suas demandas socioeconômicas e ambientais podem convergir numa proposta que vise trazer desenvolvimento socioeconômico, proteção ambiental e melhoria nos processos de governança.

O desafio agora se encontra na análise das equipes técnicas dos pontos e dúvidas aqui levantados, de modo propor soluções que incorporem as demandas comunitárias na versão final do plano de manejo.

REFERÊNCIAS

ICMBio. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília, DF: ICMBio, 2018. 208 p. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf. Acesso abr. 2025.